APROPRIAÇÃO DA ESCRITA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Aparecida de Lima
Maria Monise da Costa Silva

RESUMO

O texto discute questões relativas a apropriação da escrita no 1º ano do ensino fundamental. Apresenta a intencionalidade nas mudanças das políticas educacionais com as crianças de 6 anos, mas principalmente, expõe entendimento do processo de escrita da criança e as melhores maneiras pedagógicas com práticas adequadas necessárias para o aprimoramento da escrita da criança que está em fase de alfabetização. Trata de fundamentações que explicitam esses processos e as metodologias a serem trabalhadas. Para efeito deste artigo foi realizada a pesquisa bibliográfica com base em publicações que abordam a escrita infantil e a alfabetização. O estudo partiu também da pesquisa de campo, norteada pela observação numa escola pública, especialmente na prática do 1º ano do Ensino Fundamental, onde a escrita é o principal objeto de aprendizagem das crianças com 6 anos de idade.

Palavras-chave: Escrita Infantil. Ensino Fundamental. Alfabetização.

INTRODUÇÃO

A Política educacional brasileira conta com a lei para a ampliação dos anos de ensino, iniciando e incluindo a criança de seis anos no 1º ano do ensino fundamental e criando perspectivas de mudanças qualitativas no ensino-aprendizagem. Uma das perspectivas é a aquisição da escrita e a garantia do processo de alfabetização.

Este primeiro ano do ensino fundamental foi criado para que as crianças tenham acesso ao processo de alfabetização e letramento, com possível qualidade de ensino, respeitando o desenvolvimento da criança de acordo com a faixa etária. Além da alfabetização, a proposta assegura o desenvolvimento das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento.

O aprendizado da leitura e da escrita ocorre de maneira sistemática, a criança vai aprendendo conforme o processo do conhecimento crescente, o acesso ao símbolo, sempre com ajuda do professor ou adulto.

Conhecer o significado da escrita e sua importância no uso cotidiano motiva as crianças a aprenderem a escrever. A criança vai perceber que a escrita está presente no seu dia a dia e que é necessária para a comunicação e as descobertas. Entretanto, a criança não é neutra ao conhecimento da escrita, mesmo sem saber ler e escrever tem acesso às palavras e propagandas nos rótulos e na televisão, aos cartazes na rua e na própria escola. Por isso deve-se não ignorar o conhecimento prévio das crianças, incentivando-as a escrever palavras e identificar nomes com esses recursos que lhes são familiares.

Através da pesquisa bibliográfica, foi feito um estudo sobre o aprendizado da criança no processo de aquisição da escrita no 1º ano do ensino fundamental. Partindo dessas premissas, este trabalho vem enfocar as explicações de Emília Ferreiro, Piaget, Goulart, Seber e outros como fundamentais para o entendimento do desenvolvimento e aprendizagem da criança e sua escrita. A pesquisa de campo também enriqueceu esse trabalho, de modo que após fazermos observações em uma classe de alfabetização de uma escola municipal de Aracaju, surgiram questões que nortearam a análise das práticas de ensino-aprendizagem no processo da escrita. Como é possível uma criança do ensino fundamental fazer uma produção de história, já que ainda não escreve? Em uma turma do 1º ano do ensino fundamental somente

é necessário o professor traçar uma única linha pedagógica para todas as crianças, ou melhor, direcionar a sua aula de forma pré-estabelecida ainda que alguns alunos não consigam acompanhar essas aulas?

Partindo do pressuposto esta pesquisa tem a intenção de mostrar que a criança de seis anos no ensino fundamental é fruto de uma mudança aprovada e vigente na política educacional e que é necessário promover as práticas pedagógicas apropriadas para que essa criança se desenvolva no processo de alfabetização de forma adequada.

Não se trata de abordar as falhas de práticas pedagógicas que existem no ensino do 1º ano atual, mas de, através dessas práticas fazer uma reflexão e analisar os melhores mecanismos ao processo do ensino-aprendizagem neste processo.

O 1º ANO E A ALFABETIZAÇÃO

A intencionalidade da Lei 11.274/06 é que neste primeiro ano do ensino fundamental as crianças tenham acesso ao processo de alfabetização e letramento com uma perspectiva de qualidade de ensino, respeitando o desenvolvimento da criança e de acordo com a faixa etária, que além da alfabetização, assegure o desenvolvimento das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento.

A Redação da Lei nº. 11.274 de 2006, Título V, Capítulo II, Seção III, altera a LDB. nº. 9394 de 1996 em seu Artigo 32.

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem tendo em vista a aquisição, de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância a recíproca em que se assenta a vida social.

A lei 11.274/06, quando trata do objetivo voltado à formação básica do cidadão, necessariamente apresenta expectativas a serem alcançadas no processo ensino – aprendizagem com as crianças de seis anos.

Espera-se que a criança aos seis anos inclusa no 1º ano do ensino fundamental, no final do seu curso tenha habilidades para escrever, ler, e fazer cálculo. Não necessariamente a criança reconheça palavras complexas na leitura e escreva corretamente, pronta para resolver qualquer cálculo, mas capacitada para reconhecer os códigos das letras, formar palavras e assimilar a importância desses códigos no uso da comunicação através de linguagem oral. No campo da matemática, a criança compreenderá a representação numérica no uso cotidiano assimilando intensidade, regra e raciocínio lógico.

Ainda de acordo com a lei, deve-se assegurar para as crianças do 1º ano do ensino fundamental o conhecimento das outras áreas de modo que a criança assimile o conhecimento com o meio em que vive.

A criança desenvolve sua capacidade de aprender, entende o funcionamento do ambiente social e natural, os valores; inicia a compreensão do processo histórico e da vida dos seres e nesse contexto, vai perceber como ser integrante desses ambientes e partindo daí, é condicionada a conscientização e tomada de decisões.

De certo, a alfabetização não se restringe a ler, a escrever e a fazer cálculo. No entanto, não se pode negar que a ênfase do processo de alfabetização é o acesso aos símbolos alfabéticos e numéricos. O trabalho da interdisciplinaridade é de extrema importância nesse processo em que a criança inicia a sua escolarização, seu mundo dos saberes é bastante prazeroso, nesse momento, o papel do professor é ser o mediador da aprendizagem respeitando a etapa psíquica da criança, dando-lhe oportunidade e orientação.

As autoras Ribeiro e Pagel (2006) ressaltam que o conteúdo do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos não deve ser o conteúdo que era trabalhado na primeira série do ensino fundamental anterior.

Não confundir o 1º ano com a 1ª série do ensino anterior é de extrema importância para o processo ensino-aprendizagem com as crianças de seis anos. Respeitar o desenvolvimento psíquico, cognitivo e intelectual da criança com essa faixa etária é mais que essencial para oferecê-la melhor qualidade de ensino.

A criança quando chega à idade da escolaridade obrigatória, ela já adquiriu uma parte considerável da sua língua materna, entendida como o falar do meio em que foi criada e educada, sem necessidade de ensino formal. Esse fato não deve ser ignorado, mas aproveitado para o novo mundo da criança dentro da escola.

Para Shimazaki (2007), o fracasso escolar tem sido estudado sob diferentes enfoques. Houve período em que suas causas foram atribuídas especialmente aos fatores extra-escolares. A Família e as condições de vida material dos alunos eram apontadas como a causa. Posteriormente, atribuíram-se as causas do fracasso às questões biológicas (fome, desnutrição) e culturais. Acreditava-se que o indivíduo de meio pobre, sem acesso a uma boa alimentação e aos bens culturais fracassariam na escola.

Essa realidade encontrada nos estudos não foi nem será descartada no diagnóstico do fracasso escolar, porém, outros enfoques surgem em questões como por exemplo: os professores não estão preparados para alfabetizar diante da realidade que eles encontram. Não são questões como estas que esse trabalho vem abordar, mas também é por meio delas que encontramos estudos que explicitam práticas adequadas para alfabetização em qualquer realidade de sala de aula.

APROPRIAÇÃO DA ESCRITA DA CRIANÇA DE 6 ANOS NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ao longo da história, a escrita surgiu com a necessidade do ser humano se comunicar e se expressar através da invenção de símbolos em diversas civilizações, o que explica também os diferentes significados de símbolos alfabéticos.

Para Ferreiro (2004), a escrita é um produto cultural, ela surge de outros marcos de desenvolvimento cultural da espécie que são os desenhos nas cavernas, que foram as primeiras representações de imagens que o ser humano realizou há 25 mil anos. A escrita é um produto da evolução cultural, e todo ato de escrever é uma prática cultural, é uma apropriação cultural.

Ferreiro (2004), afirma que a escrita da criança começa muito antes da primeira vez que o professor coloca um lápis em sua mão, e é preciso que o professor considere as habilidades anteriores. Os rabiscos podem mostrar algo mais que simples

garatujas. As posições de um rabisco e a relação com outras tentativas escritas permitem a criança recordar o que havia registrado.

A criança sabe desenvolver e organizar a sua imaginação. Percebe a funcionalidade do lápis e do papel ainda imatura sobre a importância da escrita e busca aprimorar e aproximar a escrita em questão na medida em que observa e pratica a moldura dos símbolos. O importante é o professor valorizar essa tentativa, criação e evolução, além de valorizar o saber de sua expressão ligada a sua imaginação.

Ferreiro (1989), ainda afirma que quando a criança faz suas primeiras tentativas para escrever é desqualificada de imediato porque faz garatujas. Ninguém tenta compreender o que a criança quis escrever, porque pressupõe que não possa escrever nada até ter recebido a instrução formal pertinente (na realidade, é melhor que não escreva até não saber grafar de modo conveniente). O professor não tenta reproduzir o que a criança escreveu, porque lhe nega o direito de aproximar-se da escrita por um caminho diferente do indicado pelo método escolhido pelo professor.

Conhecendo o significado da escrita a sua importância no uso cotidiano as crianças sentem-se motivadas a aprenderem a escrever. É necessário que o professor familiarize o conhecimento adquirido com o que vai aprender. O professor deve falar a importância da escrita, porque precisa aprender a escrever, a intencionalidade dos anúncios dos cartazes, dos nomes. Ou seja, o professor deve envolver a criança no mundo da escrita para que ela possa construir e sinta-se motivada para aprender a escrever e identificar letras ou palavras.

De acordo com as autoras Carvalho e Mingues (2005), algumas práticas são adequadas para crianças que quase não tem nenhum conhecimento sobre a escrita, que são: iniciar com letras de formas, com os nomes dos colegas da classe para que a criança reconheça as letras e desenvolva o sistema da escrita de forma minuciosa e gradativamente. Posteriormente, inicia-se o trabalho com as letras cursivas que favorece o preparo de coordenação motora com diversas atividades lúdicas, pintura e didática.

É importante também que o professor não seja exigente com a escrita da criança que está no processo de alfabetização. A letra cursiva, principalmente, é muito particular. Na alfabetização quando a criança inicia a escrita é comum, em uma palavra, misturar letras cursivas e de formas. O professor deve entender que a criança

está desenvolvendo sua construção de letramento, está conseguindo desenvolver os símbolos.

É escrevendo textos que os alunos adquirem progressivamente à adaptação às situações de comunicação e a necessidade de serem compreendidos.

> Considero a produção de textos como ponto de partida de todo o processo de ensino/aprendizagem da língua, pois é no texto que a língua se revela em sua totalidade. A produção textual é uma das atividades que valoriza o papel do sujeito na sociedade, uma vez que é por meio de enunciados escritos que o indivíduo pode interagir em seu ambiente social, expor seu posicionamento e agir sobre o mundo. (GERALDI, 1997, p.34).

O trabalho com textos facilita a aprendizagem do aluno que ainda não sabe ler convencionalmente, fazendo com que ele domine progressivamente a linguagem escrita, possibilitando uma aprendizagem mais significativa. Através de textos podemos construir conceitos, facilitando a compreensão da escrita, interagindo com a realidade.

> Inicialmente a professora pode transcrever histórias contadas pelas crianças. (...). A função da escrita deve ser trabalhada. Para isso é preciso que sejam lidos para as crianças livros de literatura infantil, jornais, revistas, cartas, bilhetes, avisos, etc; além de incentiva-lás a escrever histórias em geral, notícias sobre assuntos que lhes interessam cartas, bilhetes. (CAGLIARI, 2001, p.4)

Estas práticas possibilitam que a criança concilie a escrita com a linguagem oral. Transcrever a narração da criança irá lhe proporcionar prazer na sua construção bem como perceber a necessidade da escrita para o registro da construção.

Entrar no mundo da criança com textos, literaturas infantis, permitirá a inquietação, curiosidade e o gosto para aprendizagem. A criança espera algo que a convém, não se pode oferecê-la práticas inadequadas, mas deve respeitar o anseio dela, o processo preparatório e seqüencial para o desenvolvimento da escrita.

Conhecendo os vários elementos que devem existir nas salas de aula que permitam os funcionamentos necessários para o ensino-aprendizagem, como promover diversas possibilidades de construção da escrita, algumas inquietações perpetuam diante de realidades que encontramos em salas de 1º ano do ensino fundamental. Uma das inquietações mais freqüentes é: Por que a criança quando inicia o 1° ano do ensino fundamental é obrigada a saber escrever o que está escrito na

lousa, se muitas delas ainda têm dificuldades de coordenar a escrita e nem se quer sabem copiar as letras do seu nome no seu caderno?

A criança não é obrigada a reproduzir a escrita para o seu caderno que vê na lousa quando inicia o 1º ano do ensino fundamental. É necessário que o professor conheça as capacidades infantis (cognitiva, motora e intelectual) para com a escrita, afinal ele possa dar seguimento ao processo de alfabetização. Sabe-se que ainda há crianças que iniciam sua vida escolar somente com seis anos ou mais, apesar da obrigatoriedade da educação básica desde a educação infantil assegurada pela LDB 9.394/96. E há crianças que iniciam aos quatro anos ou menos, conseqüentemente esse grupo não é neutro ao conhecimento da escrita, porém há aquelas que talvez não evoluam o seu processo com a escrita. Sem dá atenção a essas realidades, alguns professores pecam generalizando-as sem primeiro investigar o desenvolvimento da escrita de cada um.

> Como a escola não faz avaliação do nível inicial (...), não se dá conta de que algumas crianças chegam sabendo mais do que outras. E quando digo avaliação não estou pensando em prova específica, mas simplesmente em atividades que permitam ao professor ver o que a criança pode fazer. A proposta é que os professores (...), criem espaços para que as crianças possam produzir e lhes mostrar o que compreendem sobre a escrita. (FERREIRO, 1989, p.14).

Contudo, não há como o professor definir somente uma prática pedagógica. É necessário conhecer o desenvolvimento de aprendizagem de cada aluno. O professor como educador primeiramente usa a sua sensibilidade, diagnostica a realidade dos seus alunos para então, usar as técnicas pedagógicas adequadas a sua turma.

Ensinar a escrever significa trabalhar o código – disponibilizar teoria e prática para o aprendizado da escrita. Ensinar a escrever implicará, necessariamente, por parte do professor, não em resolver problemas para o aluno, mas em fornecer um leque de facilitações que focalizem saberes operatórios da produção textual.

> Aprender a ler e escrever no primeiro ano não significa saber tudo sobre a produção da leitura e da escrita, tampouco saber de cor a forma ortográfica de todas as palavras. Também não significa que o aluno possa escrever sem se preocupar com a ortografia. O professor deve deixar o aluno começar escrevendo como ele acha que as palavras são. Depois, deve ensinar a ortografia e passar a limpo as suas lições. (CAGLIARI, 1998, p.76).

Percebe-se que, nesse processo é necessário que o aluno construa a sua escrita, aprimore e depois aprenda a corrigir. Não se espera que ao final do 1º ano a criança saiba ler e escrever corretamente. Mas que tenha habilidades para reconhecer os símbolos alfabéticos e seus sons, leia e escreva as pequenas palavras com sílabas simples.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança da política de educação que amplia o ensino fundamental incluindo a criança de seis anos no 1º ano, muitas dúvidas surgiram entre pais, professores e demais profissionais da escola. Pensava-se que o 1º ano passaria a ser a antiga 1ª série. Como vimos não é essa proposta. Então, o que trabalhar? Quais os recursos a serem utilizados? A principal proposta da Lei 11.274/06 é que a criança de 6 anos entre no auge do processo de alfabetização A criança de 6 anos não é diferente da criança de 5 anos nem as de 7 anos. Nessa faixa etária o que predomina é a imaginação. Alfabetizar criança não é fácil, requer muito cuidado na apropriação de materiais e as práticas pedagógicas para essas crianças.

A criança quando ingressa no 1º ano do ensino fundamental não é neutra ao conhecimento do que é a escrita, pois ela tem o acesso às palavras e aos símbolos alfabéticos, seja na televisão, nos cartazes da escola, nos livros infantis e em outros instrumentos. Inicia a aquisição da escrita na educação infantil mesmo que essa experiência seja rudimentar ao conhecimento de algumas crianças. Mas a realidade é que no 1º ano o aluno vai realmente desenvolver a escrita e a leitura. É o período em que a apropriação da escrita convencional dá-se mediante práticas escolares que considerem a aprendizagem formal e o conhecimento social, perpetuando um significado para o verdadeiro cotidiano da criança.

REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 2001.

CAGLIARI, Luís Calos. **Alfabetizando sem o bá – bé – bi – bo – bu.** São Paulo: Scipione, 1998 .

CARVALHO, Alama Fernandes de; MINGUES, Eliane. **Alfabetização**. São Paulo: Editora Sarandi, 2005.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.

GERALDI, J.W. **Aprender e ensinar com textos de alunos**. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Título II. Seção III. Art. 32, Redação dada pela lei nº 11.274, de 2006.

RIBEIRO, Aricéia; PAGEL, Sandra Denise. A criança de 6 anos no Ensino Fundamental. **Revista Criança**. Brasília: MEC, dez. 2006.

SHIMAZAKI, E.M. **Letramento e educação**. Projeto de pesquisa. São Paulo: UEM; 2007.

.